

Defesa Nacional e Educação (síntese da comunicação oral) 14 de Setembro

Nos tempos incertos em que vivemos, tão profundamente marcados por fraturas como as que nos são reveladas pela crise económica, pela fragmentação social e pela transição cultural, as pessoas e a sua cultura constituem o bem mais preciso de Portugal. Somos um país pobre tanto do ponto de vista dos recursos naturais como da riqueza acumulada. Mas, é certo que pelo presente e pelo futuro das pessoas, dos portugueses, nenhuma instituição tanto terá feito, ao longo da III República, como a escola e a universidade.

Mas, recuperado um pesadíssimo atraso histórico, os reptos continuam a ser enormes.

Temos muitos motivos para celebrar o caminho percorrido, como:

- o surgimento e o gigantesco crescimento da educação pré-escolar;
- a escolarização dos adolescentes e jovens quer com o 9º ano quer com o 12º ano;
- o enorme crescimento da procura do ensino superior e da capacidade de “dar” diplomados ao conjunto das atividades socioeconómicas do país;
- a recriação e afirmação do ensino profissional junto dos jovens;
- a crescente importância de uma rede de investigação científica e tecnológica.

A nossa maior segurança é, hoje, amplamente sustentada no conhecimento que fomos adquirindo e consolidando, abrindo-o a todos os grupos sociais.

Temos expostas, no entanto, algumas fragilidades e certos impasses:

- revelamos evidentes dificuldades em escolarizar as camadas mais pobres e desprotegidas da sociedade, mantendo uma forte seletividade escolar de base socioeconómica;
- permanecem dificuldades em oferecer com liberdade e com responsabilidade percursos educativos de qualidade para cada adolescente e jovem, que lhes permitam dinâmicas de inserção socioprofissional “empoderadas” (“empowered”);
- há níveis de insucesso escolar e de abandono que continuam a colocar-nos na cauda da Europa;
- ao nível dos adultos, com tão baixo nível de escolarização e com elevada experiência profissional, não tem havido o conhecimento e a arte de criar novas respostas de educação de adultos, ancoradas no desenvolvimento sociocomunitário;
- persiste uma incapacidade em articular ofertas públicas, privadas e cooperativas, apenas porque as políticas públicas ainda se entendem a si próprias como sendo as políticas promovidas e desenvolvidas pelo Estado e pela sua administração;
- um sistema de irresponsabilidade na direção e gestão das escolas que, não gozando de autonomia e responsabilidade, se encontram manietadas na construção de projetos de educação e formação adaptados às suas necessidades;

Há vários reptos a que temos de ser capazes de responder com qualidade, com discernimento e com persistência, pois estas sementeiras dão colheitas ao longo de muito tempo. Enumero alguns:

- proporcionar bases sólidas, ao nível da leitura, escrita, cálculo e compreensão do mundo, para que não se reproduzam iliteracias que condenam os cidadãos à exclusão, numa sociedade que será crescentemente marcada pelo conhecimento; de facto, o mundo mudou muito, mas os alicerces de uma sólida cultura não mudaram de sítio, permanecem no 1º ciclo do ensino básico;
- melhorar os resultados escolares dos alunos, desde a escola “primária” até ao fim dos cursos superiores, responsabilizando mais as escolas e as comunidades locais por estes mesmos resultados escolares;
- promover todas as culturas existentes na sociedade portuguesa, num diálogo capaz de atravessar fronteiras e espaços auto-delimitados aos iguais, pois só num quadro de reconhecimento do diferente e de hospitalidade será possível erguer uma sociedade mais justa e pacífica;
- concitar e incentivar à participação social na educação e formação de todos os portugueses como um superior desafio colocado a toda a sociedade portuguesa.

Nas perspetivas da União Europeia, no horizonte 2020, o “desenvolvimento inteligente” posiciona-se como uma prioridade central. De facto, em tempos de tanta incerteza, o investimento na educação e formação de todos os cidadãos continua a representar o melhor e mais sólido investimento social a fazer.

Para isso é necessário que toda a sociedade portuguesa se empenhe, das autarquias às empresas, das instituições de solidariedade social às associações culturais, dos hospitais às bibliotecas, na criação de oportunidades educativas de qualidade não só para todos (finalidade coletiva), como para cada uma e para cada um dos portugueses (finalidade personalista).

Se a educação continuar a ser uma questão própria e específica do Ministério da Educação e do Estado, colocados no seu pedestal de poder e centralismo, que a reivindicam e tratam como coisa sua, mais do que das pessoas e das instituições da sociedade, vamos continuar longe de ultrapassar os impasses e construiremos mais “sociedade estatal” e menos “sociedade social”, uma sociedade que se pretende cada vez mais autónoma e responsável. Tenho defendido que o “modelo da regulação sociocomunitária, solidária e policêntrica”, deveria revelar-se como o pano de fundo para esta responsabilização social pelo bem comum, o que implica uma boa educação de todos e de cada uma e cada um.

Somos uma nação improvável, ao fim destes novecentos anos de história. Como diz D. Manuel Clemente, “Portugal culturalmente é uma teima, como geograficamente é uma praia, feita cais de partir e chegar, chegar e partir.” E continua: “Manifestamos uma capacidade de resistência e adaptação criativa que só requer mais autoconfiança e acompanhamento público para ir por diante. Somos, em suma, uma pequena geografia onde o mundo inteiro se pode encontrar, como cais de embarque e cais de chegada, para partir de novo.”

O futuro que aqui descrevo, aparentemente improvável, para ser provável só precisa de nós, de cada um de nós. Nós somos, como pessoas com autonomia e responsabilidade, o melhor esteio da nossa defesa, pessoal e comum. E a educação representa esse bem comum que nunca nos cansaremos de abraçar, em ordem a mais proximidade, mais autonomia pessoal e institucional e mais compromisso social.